Moacir Fecury Ferreira da Silva

A Emigração Nordestina para a Amazônia em 1877: Uma Tentativa de Colonização pela Administração Provincial

RIO BRANCO - ACRE
1977

1633
Cmep.

Moacir Fecury Ferreira da Silva

EMIGRAÇÃO NORDESTINA PARA A AMAZONIA EM 1877: UMA TENTATIVA DE COLONIZAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL

1635
cmp.

AmM
0500

EMIGRAÇÃO NORDESTINA PARA A AMAZÔNIA EM 1877: UMA TENTATIVA DE COLONIZAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL

BIBLIOTECA PARTICULAR DE MARIO YPIRANGA MONTEIRO

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR RON SECKINGER, do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense.

APRESENTAÇÃO

Clodomir Monteiro da Silva

Moacir Fecury Ferreira da Silva levanta aspectos pouco lembrados pelos historiadores e pesquisadores da ocupação amazônica, começando pelo papel da administração provincial no processo de emigração do nordeste, especialmente durante o grande êxodo de 1877. Mostra, por outro lado, como a própria administração provincial, tentando elaborar plano oficial de colonização, visando a fixação do homem à terra, através de cultura de subsistência, decide pragmática e intempestivamente aproveitar o contingente humano que chegava em busca de sobrevivência. Atitude prontamente aplaudida pelo governo provincial do Ceará, principal doador, que viu nela a solução para o angustiante problema social existente em sua região. Por causa desta solução imediatista, sem maiores cuidados técnicos e planejamento, em decorrência também dos obstáculos naturais da região, impedindo o acesso imediato à produção de subsistência, e por-

que, entre um mercado interno de baixo poder aquisitivo e um mercado externo, através dos produtos nativos ou extrativistas de alta rentabilidade, optou-se pelo segundo, frustrou-se a tentativa provincial de implantação de um projeto de colonização e conseqüente povoamento racional da região. A própria ajuda aos emigrantes, contraditoriamente, funcionou como estímulo à ocupação extrativista (bem aproveitada pela iniciativa privada) e deu ensejo, até mesmo, à vadiagem.

Demonstrando cuidadoso trabalho de pesquisa junto a fontes primárias e secundárias, o depoimento ora apresentado desperta outras questões: a necessidade de novas pesquisas, especialmente dos interessados no relacionamento entre colonização ou emigração nordestina, planos oficiais de ocupação e, principalmente, com a questão do aproveitamento das migrações internas, por ocasião do declínio da escravidão no Brasil (e a campanha abolicionista), início da fase pré-industrial ou capitalista na economia brasileira, recrutamento do emigrante estrangeiro para as lavouras de ca-

fé, substituição ou reformulação das grandes fazendas da época colonial.

A opinião pública das províncias, agora estados, acusou sistematicamente o governo provincial (e brasileiro) pelo êxodo dos nordestinos em favor do imigrante estrangeiro. O Dr. José Pereira Rego Filho, por exemplo, médico do Loyd Brasileiro, trabalhando a bordo do Paquetá S. Salvador, a 26 de setembro de 1898 relata que "Ainda que queira evitar tocar nesta chaga, que outro nome não posso dar a exploração que faz-se com a emigração do Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, etc., vem ella a memória, e, como dever obrigado a protestar, que até inválidos e cegos, sejam d'alli arrancados e levados a Amazônia, pessimamente abrigados e em verdadeiras condições de mal trapilhos, para satisfazer-se um comércio, ou antes um tráfego ridículo, entre o estado que recebe-os e o aliciador, que tão malignamente os seduz, a título de protegê-los e dar-lhes melhor existência" (in A Amazônia e Seu Porvir, citação do Contexto Cultural nº 75, do Jornal "O Rio Branco", 03/04/77).

Vale a pena determo-nos demorada-

mente no trabalho de Moacir Fecury, aluno da Divisão de Mestrado da Universidade Federal Fluminense, área de História e professor desta disciplina na FUFAc. Lança luzes sobre obscuro aspecto da história da emigração nordestina para a Amazônia em 1877, e chama a atenção para o importante, mas frustrado, papel da administração provincial do Amazonas, por ocasião da absorção da numerosa mão-de-obra procedente dos estados nordestinos atingidos pela seca.

Não estaria nesta atitude do governo do Amazonas um dos vetores que, coincidentemente, provocariam maior dinamização da iniciativa particular e conseqüente ocupação da Amazônia Ocidental? Teriam os cearenses chegado ao Acre se a província amazonense tivesse conseguido sucesso em seu projeto de colonização?

A grande seca de 1877 no nordeste gerou um período de calamidade em algumas províncias, sendo a do Ceará a mais afetada. Uma das suas principais conseqüências foi a grande emigração nordestina em busca de outras formas de sobrevivência em províncias como São Paulo, Rio de Janeiro, Pará e Amazonas. As províncias que receberam essa mão-de-obra adaptaram as possibilidades desse contingente populacional de acordo com suas necessidades econômicas.

Para o presente estudo o nosso interesse será demonstrar especificamente a absorção do fluxo emigratório que se dirigiu para a Província do Amazonas, onde a iniciativa oficial procurou através do estabelecimento de núcleos coloniais aproveitar esta mão-de-obra, tendo como objetivo incentivar a produção de gêneros de subsistência para o abastecimento interno da província e ao mesmo tempo suprir em parte as deficiências do povoamento. As duas deficiências apontadas, que a iniciativa oficial procurava até certo ponto suprir, possuíam suas raízes nas próprias formas de colonização da amazônia.

A cana-de-açúcar se apresentou na

Amazônia da mesma forma como já havia se apresentado em outras áreas brasileiras, como a base da colonização. Entretanto, não conseguiu alcançar os mesmos sucessos anteriores, porque problemas ecológicos e a própria carência de braços levaram a tentativa ao fracasso. A Amazônia para ser ocupada teve que contar com os fatores naturais que possuía, os quais explicam algumas das suas características até os dias atuais, pois neles a Amazônia assentou a sua base econômica. O indígena se apresentou como mão-de-obra relativamente fácil e perfeitamente entrosada nas atividades extrativas. A partir da coleta que se caracteriza por ser uma atividade dispersa, o povoamento da amazônia se moldou[1]. O esgotamento de um determinado tipo de produto em determinadas áreas, levou ao deslocamento constante de populações que dele dependiam para a sua sobrevivência o que trouxe como conseqüência o semi-nomadismo, onde o desenvolvimento de atividades agrícolas tornou-se prati-

---

(1) - História Econômica do Brasil, - Caio Prado Júnior, 9ª ed., Editora Brasiliense, Rio de Janeiro, 1965, págs. 107/111.

camente impossível. Neste ponto deve-se levar em conta que o valor comercial dos produtos coletados ofereciam lucros superiores aos que os produtos agrícolas poderiam oferecer, o que ocasionava também o desestímulo à produção.

A organização da produção não teve por base a propriedade fundiária como ocorreu na agricultura (cana-de-açúcar, algodão, tabaco, etc) e na mineração em outras áreas do Brasil. A exploração realizou-se na floresta onde todos tinham o usufruto. Esta atividade não possibilitou a ampliação da base de produção onde a agricultura poderia oferecer uma maior estabilidade(2). Estes fatores explicam a dispersão populacional da Amazônia e a ausência de uma tradição agrícola. Na segunda metade do século XIX esta situação foi sentida de uma maneira muito mais acentuada do que atualmente, levando as autoridades da província a iniciarem no ano de 1876 uma política de incentivos a emigração com o estabelecimento de núcleos coloniais(3).

---

(2) - opus cit., pág. 74.
(3) - Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas, 1874/77, págs. 736/38.

Naquele ano a presidência nomeou uma comissão, a qual tinha como objetivo incentivar a emigração para a província e fundar uma colônia. Os seus membros no ano da nomeação fizeram um levantamento completo das condições da província onde foram registrados dados que nos oferecem uma visão em conjunto da situação do Amazonas, justamente no ano anterior à seca de 1877, quando se iniciou o grande fluxo de nordestinos.

Nos povoados que compunham a província inexistia praticamente qualquer tipo de criação doméstica e havia uma grande carência das plantações de subsistência como a do milho, hortaliças, árvores frutíferas, etc. Existiam algumas exceções, mas de qualquer forma consideradas incipientes. A presidência da província possuía algumas informações a respeito da existência de uma fábrica de açúcar estabelecida no Rio Purús e a respeito de alguns canaviais na margem esquerda do Solimões. Porém estas iniciativas se apresentavam ainda como uma esperança e não como uma realidade constatada. A única atividade que era realizada com entusiasmo, atraindo para a província um grande número de aventureiros, era o extrativismo

de produtos vegetais. A opinião oficial não era das mais favoráveis a respeito desta atividade, porque as pessoas ligadas ao extrativismo eram consideradas nômades e nocivas para a província. Não se constata no entanto, a existência de um radicalismo ao ponto de ser ventilada a eliminação dessa atividade; pelo contrário, naquele momento o extrativismo era ainda considerado como o sustentáculo da economia provincial.

A posição oficial era no sentido de incentivar a fixação das atividades de subsistência ao lado das atividades extrativas, obrigando através de algumas medidas que o indivíduo ao utilizar economicamente uma determinada área torne-se proprietário da mesma. Uma das medidas propostas para obrigar a fixação foi a de estabelecer pontos de escala para os navios mercantes carregarem e descarregarem de modo que não fosse permitido fazê-lo em outros pontos onde só poderiam parar para o desembarque de passageiros. Esta medida objetivava formar uma maior concentração de núcleos de povoamento nas áreas ribeirinhas dependentes da navegação fluvial.

Em 1876 já haviam sido construídas

algumas estradas ligando alguns núcleos coloniais à capital da província, e algumas casas estavam sendo construídas para receber emigrantes. No ano de 1876 já haviam sido feitos alguns investimentos para a construção de estradas e casas, sendo as despesas pagas pelos cofres provinciais tendo em vista a posição do "Ministério do Império" que considerava tal investimento como de interesse exclusivo da administração provincial. Ao mesmo tempo em que estas providências foram tomadas, as Câmaras Municipais tiveram como uma das suas funções a distribuição de sementes aos interessados em desenvolver a agricultura de subsistência.

Os incentivos, no entanto, encontravam alguns óbices de caráter financeiro, implicando na indefinição da forma de importar o emigrante e na própria formação da infraestrutura para a absorção das novas populações. Ao que tudo indica, o ano de 1876 correspondeu ao momento em que a comissão de emigração recém-fundada estava procurando diagnosticar uma realidade com o objetivo de estabelecer uma estratégia de

atuação na montagem dos núcleos coloniais. O ano de 1877 seria provavelmente o início de uma tomada de posição mais concreta para o estabelecimento definitivo de uma política de incentivos à emigração e colonização para a Província do Amazonas.

Entretanto toda esta tentativa de racionalização não chegou a ocorrer. A seca de 1877 na região nordestina, tendo a província do Ceará como a mais afetada, fez com que a Província do Amazonas sentisse no manancial de mão-de-obra farta e barata que o nordeste começava a oferecer a solução para o povoamento dos pequenos núcleos existentes e daqueles que futuramente seriam montados. Um jogo de interesse estabeleceu-se. Do lado do Ceará o Presidente da Província viu como única solução a saída da população para outras províncias. Do lado do Amazonas parecia que em parte o problema da colonização estaria solucionado desaparecendo a preocupação com qualquer planejamento, mesmo de emergência, para coordenar o fluxo de nordestinos para o seu interior.

Em julho de 1877, o Presidente do Ceará ofereceu ao Ministério do Império um

diagnóstico da situação da província[4]. Segundo ele, a situação naquele momento se apresentava insustentável sendo praticamente impossível para a presidência da província contornar com seus próprios recursos os grandes problemas gerados pela seca, a qual trouxe como uma das suas conseqüências mais imediatas a falta de gêneros alimentícios, ocasionando o êxodo da população na busca de meios para a sobrevivência.

Dirigiram-se os retirantes principalmente para a capital e localidades próximas, sendo que seu número foi praticamente impossível de calcular, tendo em vista a grande quantidade de pessoas atingidas. De qualquer forma foi feito um levantamento aproximado que nos permitiu ter uma noção razoável do número dos retirantes, apesar de ter sido impossível determinar o total dos que se localizaram no litoral. Segundo

---

(4) - As seguintes informações foram extraídas do ofício do Presidente da Província do Ceará, Caetano Cavalcante Pessôa, dirigido ao Ministro do Império com data de 8 de julho de 1877 - Arquivo Nacional (a seguir citado como A.N.) Seção do Poder Executivo (a seguir citada como S.P.E.) IJJ 188, Vol. 24.

os dados que apresentou o presidente, a distribuição de retirantes aos municípios não afetados pela seca correspondia ao quadro seguinte:

- Capital.....	6.000
- Maranguape e Pacatuba	3.000
- Baturité e arredores	12.000
- Serra do Ibiapaba...	20.000
- Vale do Cariry.....	30.000
- Cascavél.....	1.000
- Aracaty.....	2.000
Total.....	74.000

Deste total a esmagadora maioria se dirigiu para a capital, gerando um volume maior de problemas para o Presidente da Província. Aliado a este fato foi constatado que um grande número de pessoas originárias da Paraíba e Pernambuco e que residiam nas proximidades do Ceará encontrando-se também afetada pela seca, estavam contribuindo para aumentar o número de desabrigados com a sua penetração na província.

Esta situação de calamidade e a impossibilidade de solução pela presidência da província originaram o surgimento de uma medida que foi considerada extrema, ou se-

ja, o incentivo oficial para a saída das populações afetadas para outras províncias que pudessem recebê-las. Esta medida foi levada à consideração do Ministério do Império tendo recebido a devida aprovação. Apesar de tê-la sugerido o Presidente da Província tinha consciência dos prejuízos futuros para o Ceará, tendo em vista a baixa densidade populacional da província.

O Amazonas, como já nos referimos anteriormente, se apresentou como um dos grandes interessados na absorção de parte desta mão-de-obra objetivando o incremento da sua política de colonização. Apesar da ausência de qualquer planejamento para a absorção dos emigrantes, o qual necessariamente teria que ser articulado com as províncias do Pará e Ceará[5], o Amazonas, em 7 de março de 1878, já havia recebido um número razoável de nordestinos. Apesar da grande quantidade de informações oficiais, não foi possível estabelecer o número exato

---

(5) - Na maioria das vezes, ao que tudo indica, o contato para a aquisição da mão-de-obra do nordestino para a Província do Amazonas foi feita através da Província do Pará.

de emigrantes nem saber com precisão o destino a que todos seguiram. Porém é possível assegurar que aqueles que ingressaram na província com a ajuda oficial foram preferencialmente encaminhados para alguns núcleos de colonização onde se dedicaram à agricultura de subsistência.

De acordo com dados de 25 de agosto de 1878, a distribuição era a seguinte(6):

- Colônia de Maracajú.....	647
- Colônia de Santa Izabel.....	234
- Núcleo de Tauapessassu.....	89
- Núcleo de Moura.....	137
- Núcleo de Carvoeiro.....	122
- Núcleo de Moreira.....	50
- Núcleo de Thomar.....	60
- Núcleo de São Gabriel.....	9
- Núcleo de Silves.....	45
- Núcleo de Maués.....	58
- Outros destinos.....	2.688 (*)
Total.....	4.136

---

(6) - Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas, 1878/1880, págs. 42/47.

(*) - A impossibilidade dos núcleos em absorver este montante provavelmente os leva para os centros urbanos, principalmente para Manaus.

De 1º de junho de 1877 a 1º de janeiro de 1878, chegaram à província mais de 827 emigrantes, atingindo o montante oficial de 4.963. A composição por sexo e idade dos 4.136 emigrantes que se encontravam nos núcleos e dos que seguiram outros destinos era a seguinte:

S E X O S						
MASCULINO			FEMININO			
IDADES		TOTAL	IDADES		TOTAL	TOTAL GERAL
até 20 anos	de 21 a 80 anos		até 20 anos	de 21 a 80 anos		
891	1.890	2.781	620	735	1.355	4.136

Observa-se no quadro acima dois fatores predominantes. Primeiro, houve uma maior incidência de pessoas do sexo masculino. Segundo, em ambos os sexos predominaram as pessoas acima de 21 anos. A maior quantidade de homens nos leva a considerar que deverá ter ocorrido em função da maior facilidade de mobilidade individual do que com as respectivas famílias, e talvez fosse também interesse destas pessoas em não se

fixar definitivamente, é provável que tenham pensado em ficar apenas o tempo suficiente para adquirir condições financeiras para retornar a província de origem.

No dia 20 de agosto de 1878, chegaram mais 600 emigrantes(*) à província no transporte de guerra Purus. Destes apenas 75 ficaram na capital e os demais se dirigiram para a localidade de Santo Antonio, no Rio Madeira, para trabalhar na construção da "Estrada de Ferro Madeira-Mamoré". Esta leva de emigrantes foi contratada por um particular não estando portanto enquadrados dentro da iniciativa oficial(7).

Em 29 de junho de 1879 o presidente da província informou ao Ministério do Império a chegada de aproximadamente mais 7.000 cearenses, os quais na sua maior parte foram encaminhados para o Rio Purus com a finalidade de se dedicarem a atividade

---

(*) - Usaremos o termo "emigrante" tanto para caracterizar aquele que chegou ao Amazonas como para os próprios deslocamentos internos da província.

(7) - Do presidente da Província do Amazonas, Barão de Maracajú, ao Conselheiro Leoncio de Carvalho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Manaus, 20 de agosto de 1878. A.N., S.P.E. ,

extrativa[8]. Naquela ocasião não era mais possível a fixação de pessoas nos núcleos coloniais, pois tanto eles como a capital da província já se encontravam saturados. No que se refere aos núcleos, a saturação deu-se rapidamente porque a infraestrutura implantada não reunia condições de absorver um número muito grande de pessoas.

Dos 12.563 emigrantes que oficialmente entraram na província no período que vai do final de 1877 aos meados de 1879, apenas um número bastante reduzido se dedicou à agricultura de subsistência, apesar de ser este o objetivo da iniciativa oficial. Tomando como base os dados oficiais, o número dos que se estabeleceram nos núcleos foi de apenas 1.448[9], o que representou uma quantidade ínfima se comparada

---

(8) - Do Presidente da Província, Barão de Maracajú, ao Conselheiro Carlos Leoncio de Carvalho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Manaus, 29 de junho de 1879. A.N., S.P.E. IJJ9 102, Vol. 8.

(9) - Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas, 1878/1880, págs. 42/47.

ao número global de emigrantes chegados. Os demais se dirigiram basicamente para as atividades extrativas, principalmente para a extração da borracha, de boa aceitação no mercado externo e consequentemente oferecendo lucro mais imediato.

Os que permaneceram nos núcleos ligados à agricultura de subsistência dedicaram-se principalmente ao cultivo da mandioca, do milho, do arroz, feijão, cana-de-açúcar, café e de algumas frutas como: banana, manga, caju, laranja, etc[10]. Estas atividades visavam basicamente o abastecimento do mercado interno da província e para tanto a iniciativa oficial procurou incentivá-las através de financiamento, a fim de tentar alcançar bons resultados.

Uma das formas para autorização de abertura de créditos com a finalidade de dar assistência aos emigrantes foi regulamentada pela Assembléia Provincial através da aprovação da "Lei Provincial" nº 367, de 7 de junho de 1877. A citada lei permitiu a abertura de um crédito no valor de

---

(10) - Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas, 1877/1880, pag. 13.

10.000$00 do qual o Presidente da Província poderia lançar mão desde que tivesse como finalidade o ... "transporte de pessoas que de outras províncias do Império quisessem ir a essa contanto que fizessem especialmente profissão de lavoura". Esta lei visava especificamente a assistência a pessoas que tinham como objetivo o trabalho na agricultura e não ao atendimento puro e simples dos atingidos pela seca(11).

Uma outra forma de assistência aos emigrantes poderia ser feita através da verba identificada como "Socorros a Pessoas Desvalidas", cuja abertura de crédito era de inteira responsabilidade do Presidente da Província sem a necessidade de aprovação prévia pela Assembléia Provincial(12). Havia ainda uma terceira forma de custeio que era a subscrição pública. Esta forma de ajuda tanto poderia partir da iniciativa particular como das autoridades de localidades provinciais de comum acordo com a população. A Comarca do Solimões através do seu juiz de direito remeteu no ano de 1878

---

(11) - R. Midosi ao Presidente da Província do Amazonas. Manaus, 5 de julho de 1878. A.N., S.P.E. IJJ9 101, Vol. 7.
(12) - Ibid.

a quantia de 1:458$400 para ajudar aos emigrantes[13]. Com a mesma finalidade um cidadão chamado Caetano Monteiro da Silva, no ano de 1877, fez uma subscrição no Rio Purus conseguindo reunir 100$000 que enviou para o Presidente da Província[14]. Apesar do montante das subscrições não atingir uma soma muito elevada, deve-se levar em consideração o baixo nível de vida dos habitantes da Província.

Das três formas de ajuda a mais comum foi a realizada através da verba "Socorros a Pessoas Desvalidas" mais conhecida como - "Socorros Públicos" - tendo em vista a facilidade que o Presidente da Província tinha para lançar mão dos recursos. Este tipo de assistência caracterizou-se mais como uma forma de assistência social aos atingidos pela seca do que propriamente como

---

(13) - Do Presidente da Província do Amazonas ao Conselheiro Antonio da Costa Pinto Silva. Manaus, 15 de janeiro de 1878. A.N., S.P.E., IJJ^9 101, Vol. 7.

(14) - Do Presidente da Província, Agesilao Pereira da Silva, ao Conselheiro Antonio da Costa Pinto Silva. Manaus, 10 de novembro de 1877. A.N., S.P.E., IJJ^9 101, Vol. 7.

uma maneira de atingir os verdadeiros interesses iniciais da administração provincial na ajuda à mão-de-obra ligada à agricultura de subsistência. Tal constatação é feita na demonstração de todos os gastos feitos com os créditos concedidos na verba "Socorros Públicos" e enviada ao Ministério do Império por solicitação do Conselheiro Francisco Maria Sodré Pereira. De 1877 a 1880, foram abertos créditos no valor de 673:053$001 e as despesas realizadas foram no montante de 600:703$720 sendo apresentado uma parcela de 72:349$281 ainda não utilizada. Da verba movimentada foram efetuados os seguintes gastos:

1) Diárias	277:101$501
2) Passagens	124:180$263
3) Medicamentos	84:714$127
4) Sementes e Ferramentas..	23:617$460
5) Hospedagem e Alimentação	19:515$669
Total.....	529:129$020

O montante de 600:703$720 subtraído dos gastos acima discriminados apresenta um resultado de 71:574$700 o qual foi usado para despesas desde a lavagem de roupas ao aluguel de barcos para transporte tanto de

emigrantes como do pessoal administrativo dos núcleos coloniais[15]. De acordo com a discriminação dos gastos observamos que uma parcela bastante reduzida foi investida em instrumentos de trabalho e sementes para as atividades dos núcleos coloniais. Entretanto outras parcelas substancialmente maiores foram gastas com diárias, passagens e assistência médica. No que se refere às diárias, pela análise do material estudado tudo indica que a sua distribuição foi até certo ponto indiscriminada, pois ao que parece tanto os indivíduos localizados nos núcleos, como aqueles que permaneceram em centros urbanos foram beneficiados, apesar do objetivo da sua distribuição ter sido basicamente atender aos que estavam se de-

---

(15) - Do Presidente da Província, Barão de Maracajú, ao Conselheiro Francisco Maria Sodré Pereira, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Manaus, 9 de agosto de 1879. A.N., S.P.E., IJJ9 102, Vol. 8. - Apesar do ofício que encaminhou a demonstração das despesas ser datado de agosto de 1879 a referida demonstração abrangeu ao período de 1877 a 1880.

dicando à agricultura até que os primeiros resultados aparecessem. Porém a falta de uma maior fiscalização no seu emprego gerou um grande número de desocupados tanto nos núcleos como principalmente nos centros urbanos.

Quanto aos altos gastos com passagens observou-se também o emprego incorreto destes recursos, pois tanto atendeu aos colonos chegados através da iniciativa oficial como àqueles vindos a convite da iniciativa particular, como foi o caso dos que se dirigiram para a localidade de Santo Antonio no Rio Madeira com passagens pagas com recursos provinciais, inclusive os que retornaram com problemas de saúde tiveram suas despesas custeadas(16).

Os gastos com assistência médica também foram bastante dispendiosos para os cofres provinciais. Foram ocasionados tanto pela epidemia de varíola que assolou a província com a chegada dos emigrantes como

---

(16) - Amazonas (Manaus), nº 272, 2 de maio de 1879, p.1. "Falla com que o Exmº. Sr. Barão de Maracajú, Presidente da Província abriu no dia 29 de março de 1879 a Assembléia Provincial do Amazonas.

pela febre amarela que alí contraíram. Esta canalização de recursos para assistência médica talvez em grande parte tenha prejudicado os investimentos em outras áreas vitais que propiciaram a fixação da população emigrada.

Os critérios adotados na distribuição dos recursos geraram algumas animosidades no meio político oposicionista da província. O "Jornal do Amazonas" - órgão do partido conservador - acusou a presidência da província de ... "má aplicação dos dinheiros que pela verba "Socorros Públicos" lhe são entregues para ocorrer com despesas com os emigrantes cearenses (17). Esta acusação levou à formação de uma comissão composta por membros do partido conservador com a finalidade de examinar todos os gastos feitos com os emigrantes (18). Esta providência foi tomada em 19 de feverei-

---

(17) - Do Presidente da Província, Barão de Maracajú, ao Conselheiro Carlos Leoncio de Carvalho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Manaus, 19 de fevereiro de 1879. A.N., S.P.E., IJJ9 101, Vol. 8.

(18) - Ibid.

ro de 1879 sendo que os seus resultados não foram possíveis de serem apurados. Entretanto o Ministério do Império acatando uma exigência feita pelo Senado enviou para as províncias afetadas pela seca e para as receptoras dos emigrantes um aviso circular datado de 15 de julho de 1879 o qual solicitou uma relação dos indivíduos responsabilizados por ... "prevaricação em abusos de confiança no fornecimento de víveres e distribuição de socorros as vítimas da seca do norte da província"(19). A resposta do Presidente da Província foi negativa e alegou não haver no seu governo nenhuma pessoa envolvida em corrupção(20). Esta resposta, entretanto, foi puramente de caráter oficial, tendo em vista que a concordância no envolvimento em corrupção de qualquer pessoa da administração provincial fatalmente o colocaria em situação difícil, levando-se em conta que a abertura dos créditos para

---

(19) - Do Presidente da Província, Barão de Maracajú, ao Conselheiro Francisco Maria José Pereira, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Manaus, 18 de agosto de 1879. A.N., S.P.E., IJJ9 102, Vol. 8.

(20) - Ibid.

ajuda aos emigrantes eram da sua inteira responsabilidade.

Entretanto a grande movimentação da população naquele período em uma província carente de recursos e sem uma estrutura administrativa que reunisse condições mínimas para o controle dos problemas gerados com a emigração, impediu a execução de uma fiscalização precisa, com a finalidade de evitar a má distribuição dos recursos. Como agravante a estas dificuldades o emigrante que chegou era carente de assistência em todos os sentidos[21], o que contribuiu para agravar ainda mais as dificuldades já existentes na província. Chegaram em deplorável estado de penúria sem reunir as condições mínimas de subsistência e geralmente apresentando uma saúde precária, tendo ainda como agravante a incidência muito grande de varíola, cujo vírus trouxeram dos locais de origem. De 17 de junho de 1878 a 2 de maio de 1879, observou-se uma ocorrência

---

(21) - Do Presidente da Província, Barão de Maracajú, ao Conselheiro Carlos Leoncio de Carvalho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Manaus, 7 de abril de 1878. A.N., S.P.E., IJJ9 101, Vol. 7.

muito grande de doenças nos emigrantes, refletindo as péssimas condições em que se encontravam, o que gerou uma insegurança muito grande na província, tendo em vista o caráter transmissível das enfermidades.

Em 1878 ocorreu uma pequena incidência de varíola na capital da província[22] e em seguida chegaram notícias de incidências maiores nas colônias de Santa Izabel[23], Silvas, Capela e Tomapessassu[24], e alguns

---

(22) - Do Presidente da Província, Barão de Maracajú, ao Conselheiro Carlos Leoncio de Carvalho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Manaus, 17 de junho de 1878. A.N., S.P.E., IJJ9 101, Vol. 7.

(23) - Do Presidente da Província, Barão de Maracajú, ao Conselheiro Carlos Leoncio de Carvalho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Manaus, 11 de julho de 1878. A.N., S.P.E., IJJ9 101, Vol. 7.

(24) - Do Presidente da Província, Barão de Maracajú, ao Conselheiro Carlos Leoncio de Carvalho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Manaus, 19 de fevereiro de 1879. A.N., S.P.E., IJJ9 101, Vol. 7.

casos de Teffé[25]. Somente nos finais de 1878 a incidência de varíola que havia se desenvolvido na capital começou a desaparecer[26]. Além da varíola observou-se em algumas localidades a incidência de febre amarela em alguns emigrantes[27]. Da localidade de Santo Antonio no Rio Madeira, dos 525 emigrantes que lá se encontravam retornaram 255 com problemas de saúde sendo todos medicados às custas dos cofres provinciais[28]. Além da insegurança social gerada pela proliferação da varíola, um grande

---

(25) - Do Presidente da Província, Barão de Maracajú, ao Conselheiro Carlos Leoncio de Carvalho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Manaus, 19 de dezembro de 1878. A.N., S.P.E., IJJ9 101, Vol. 7.

(26) - Ibid.

(27) - Do Presidente da Província, Barão de Maracajú, ao Conselheiro Carlos Leoncio de Carvalho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Manaus, 11 de julho de 1878. A.N., S.P.E., IJJ9 101 Vol. 7.

(28) - AMAZONAS (Manaus), nº 272, 2 de maio de 1879, p.1. "Falla com que o Exmº. Sr. Barão de Maracajú, Presidente da Província do Amazonas abriu no dia 29 de março de 1879 a Assembléia Provincial do Amazonas.

número de desocupados, localizados principalmente na capital da província, contribuiu para agravar a situação sendo a origem destes desocupados explicada pela falta de prognóstico da administração que permitisse avaliar aproximadamente o número de emigrantes que poderia absorver.

A administração provincial levantou uma verba substancial para o pagamento de passagens daqueles que queriam ir para a província, entretanto, praticamente inexistiram recursos que permitissem a distribuição da mão-de-obra importada em atividades produtivas. Em junho de 1877, momento em que o grande fluxo de nordestinos começou a se dirigir para a província, o Amazonas encontrava-se com o déficit orçamentário no valor de 356:000$000[29]. Enquanto o fluxo de emigrantes foi pequeno, a debilitada economia da província conseguiu contornar os problemas que surgiram, entretan-

---

(29) - Do Presidente da Província, Agesilao Pereira da Silva, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Antonio da Costa Pinto. Manaus, 9 de janeiro de 1878. A.N., S.P.E., IJJ9 101, Vol. 7.

to conforme nos referimos anteriormente, o número alcançou uma cifra aproximada de 12.663 emigrantes que comparada com a população da província, cujo número determinado pelo censo de 1872 era de 53.012[30], representou um aumento de aproximadamente 25%.

Apesar de uma parcela ter se interiorizado engajando-se em atividades extrativas ou de subsistência, um número substancial ficou praticamente ocioso e se localizou principalmente na capital da província cuja reduzida população de 9.143[31] pessoas sentiu de perto as conseqüências destes grupos marginalizados[32] pela falta de um mercado de trabalho que permitisse a sua absorção. Esta massa de desocupados além da insegurança social gerou também

---

(30) - Almanaque Administrativo, Histórico, Estatístico e Mercantil da Província do Amazonas (Manaus, 1884).

(31) - Ibid.

(32) - Do Presidente da Província ao Conselheiro Francisco Maria Sodré Pereira, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Manaus, 8 de outubro de 1879. A.N., S.P.E., IJJ9 102, Vol. 8.

problemas de caráter político para a administração. Pessoas interessadas em pressionar a administração com o objetivo de conseguir lucros políticos provavelmente se aproveitaram dessa massa de desocupados com promessas de uma melhoria substancial em suas condições de vida.

Em 24 de março de 1878, o Secretário de Polícia da Província comunicou ao presidente da província que ... "alguns emigrantes cearenses incitados pela paixão política pretendem perturbar e dissolver a sessão de hoje da Assembléia Legislativa Provincial"; ao mesmo tempo solicitou à administração as devidas providências para evitar o acontecimento(33). Na mesma data o Presidente da Província... "usando das atribuições conferidas pelo artigo 24, parágrafo 2º da lei de 12 de agosto de 1834 resolve adiar a reunião da Assembléia Legislativa Provincial para o dia 25 de agosto

---

(33) - Do Secretário de Polícia do Amazonas ao Presidente da Província. Manaus, 24 de abril de 1878. A.N., S.P.E., IJJ9 101, Vol. 7.

do corrente ano, por assim o exigir o bem da província"[34].

Esta situação de insegurança cuja gravidade levou o Presidente da Província a adiar uma reunião da Assembléia Legislativa Provincial por pouco mais de 30 dias foi agravada ainda mais com a ordem do Ministério do Império datada de 4 de junho de 1879 mandando suspender todas as despesas com a verba "Socorros Públicos"[35]. Uma destas despesas era o pagamento das diárias que até aquele momento tinha representado a única fonte de sobrevivência para um grande número de emigrantes, ocasionando o acréscimo das insatisfações e das inseguranças para a Província, ... "A cessação das diárias dos retirantes cearenses tem colocado

---

(34) - Ato de adiamento da Reunião da Assembléia Legislativa Provincial do dia 24 de abril de 1878 para o dia 25 de agosto do mesmo ano. Assinado pelo Presidente da Província, Barão de Maracajú, Manaus, 24 de março de 1878. A.N., S.P.E., IJJ^9 101, Vol. 7.

(35) - Do Presidente da Província ao Conselheiro Carlos Leoncio de Carvalho. Manaus, 29 de junho de 1879. A.N., S.P.E., IJJ^9 102, Vol. 8.

esta capital em um perigo real, porque não temos absolutamente força armada para conter qualquer movimento que por ventura apareça gerado pela fome e pelo hábito de vadiar adquirido por uma grande parte quando socorridos pelos cofres"(36). A polícia da capital possuia um pequeno contingente e seus componentes, para agravar a situação, eram recrutados em sua maioria entre os emigrantes(37).

A ajuda ao emigrante pelos cofres públicos através do pagamento de diárias colocou como dependentes da província não só uma grande massa de desocupados como também aqueles que se dedicaram à agricultura de subsistência dos núcleos coloniais. Entretanto a autorização do Ministério do Império foi desprovida de qualquer critério tendo em vista que os núcleos coloniais ainda não estavam produzindo o suficiente para a manutenção das suas populações a não ser com raras exceções.

---

(36) - Do Presidente da Província, Romualdo de Souza Paes de Andrade, ao Conselheiro Francisco Maria Sodré Pereira. Manaus, 8 de outubro de 1879. A.N., S.P.E., IJJ9 102, Vol. 8.
(37) - Ibid.

O Núcleo de Tauapessassu apresentou-se em julho de 1879 como um dos grandes fracassos na tentativa do desenvolvimento da agricultura de subsistência; seus moradores deixaram de lado o cultivo de gêneros agrícolas para se dedicarem a extração da lenha. Quanto aos núcleos de Carvoeiro, Moura e Thomar possuíam apenas o suficiente para a manutenção dos seus habitantes (38). No que se refere aos colonos dos núcleos de Santa Izabel, Maracajú e de alguns outros mais tardiamente estabelecidos não havia ainda condições de autosubsistência para seus componentes(39). Diversos núcleos enviaram uma "Representação" ao Presidente da Província o qual as enviou ao Ministério do Império. Nestas representações os emigrantes procuraram justificar os motivos da baixa produtividade dos seus núcleos até aquele momento. Nas justificativas dos colonos de Maracajú foram apontados os se-

---

(38) - Do Presidente da Província, Barão de Maracajú, ao Conselheiro Carlos Leoncio de Carvalho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Manaus, 29 de junho de 1879. A.N., S.P.E., IJJ^9 102, Vol. 8.

(39) - Ibid.

guintes fatores[40]:

1) Desconhecimento de técnicas agrícolas adaptáveis às características da Amazônia.
2) Pragas de lagartos e insetos que devoraram os cereais.
3) Deficiência na entrega de sementes para a produção da cana-de-açúcar. A pouca quantidade produzida não pôde ser transformada por falta de equipamentos adequados.
4) Única produção que apresentou bons resultados foi a de mandioca.

Os emigrantes da colônia de São Sebastião alegaram o estado prematuro das plantações para serem colhidas naquele momento, não havendo ainda possibilidade de sobrevivência sem as diárias que recebiam da administração provincial[41]. Mais algumas representações foram enviadas ao Minis-

---

(40) - Representação enviada ao Presidente da Província através da comissão de Colonização pelos emigrantes da colônia de Maracajú. A.N., S.P.E., IJJ9 102, Vol. 8.

(41) - Representação encaminhada pelos emigrantes do Núcleo Colonial de Coary a qual foi encaminhada pelo Presidente da Província, Romualdo Paes de Andrade, ao Ministério do Império. Manaus, 30 de setembro de 1879. A.N., S.P.E., IJJ9 102, Vol. 8.

tério do Império possuindo na sua maioria o mesmo teor. De todas as solicitações feitas para a continuação dos pagamentos das diárias, ao que tudo indica, apenas a colônia de Maracajú foi atendida(42). Esta colônia ao que parece foi a única que apresentou alguns resultados positivos, principalmente no que se refere as plantações de cana-de-açúcar, pois em princípios de 1880 a administração provincial foi autorizada pelo Ministério do Império a instalar um engenho na referida colônia para a transformação da sua produção(43).

Em 1º de dezembro de 1879 o Presidente da Província dissolveu a comissão de colonização(44). Esta atitude representou o

---

(42) - Do Presidente da Província, José Clarindo de Queiroz, ao Conselheiro Francisco Maria Sodré, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. A.N. S.P.E., IJJ9 102, Vol. 8.

(43) - AMAZONAS (Manaus), Relatório dos Presidentes da Província, 1877/1880.

(44) - Do Presidente da Província ao Conselheiro Francisco Maria Sodré Pereira Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Manaus, 1º de dezembro de 1879. A.N., S.P.E., IJJ9 102, Vol. 8.

início do declínio da tentativa oficial no desenvolvimento da agricultura de subsistência na amazônia, pois este órgão representava institucionalmente, a nível provincial, a única forma de incentivar o desenvolvimento dos núcleos coloniais, oferecendo mesmo precariamente alguma forma de assistência.

O golpe final foi determinado em 9 de abril de 1880[45] quando o Ministério do Império ordenou definitivamente o encerramento de toda e qualquer ajuda aos emigrantes. Estava assim encerrado um período de incentivos a colonização que durou aproximadamente de 1876 a meados de 1880. Apesar da validade da iniciativa oficial os objetivos não foram alcançados e as causas do fracasso se encontram tanto na forma como foi conduzida a política de colonização, como nas próprias características da mão-de-obra importada e nas particularidades econômicas da amazônia.

---

(45) - Do Presidente da Província ao Ministério do Império. Manaus, 18 de agosto de 1880. A.N., S.P.E., IJJ9102, Vol. 8.

desconhecerem as particularidades da natureza da região que começavam a ocupar. O resultado foi a baixa produtividade dos que se fixaram nos núcleos, tendo ainda como agravante a falta de uma assistência técnica e financeira condizente com as suas reais necessidades de produção. Aliado a estes fatos, as condições sanitárias dos emigrantes poderiam ser consideradas péssimas tendo em vista o grande número de enfermos que chegou à província e a epidemia de varíola que ocasionaram gerando altos gastos para a debilitada economia do Amazonas.

A emigração nordestina não teve o caráter espontâneo mas forçado pela seca, levando aos que deixaram suas regiões a pensar constantemente em voltar, ocasionando um período de adaptação mais lento e a procura de enriquecimento mais rápido. A tentativa de enriquecimento só seria possível através da exploração de atividades extrativas as quais a amazônia oferecia em larga escala, principalmente a borracha, na qual a grande maioria se envolveu. Entre produzir gêneros de subsistência para um mercado interno de baixo poder aquisitivo e

produzir através do extrativismo produtos de grande aceitação no mercado externo, a opção foi feita pelo segundo em detrimento do primeiro.

A tentativa de colonização fracassou ao tentar integrar uma produção racional de gêneros de subsistência para o abastecimento do mercado interno com o extrativismo voltado para exportação. Não sendo possível coordenar uma produção racional, em pequenas propriedades, com uma produção irregularmente distribuida em grandes propriedades, voltada para exportação e altamente lucrativa. A grande dispersão das árvores gomíferas impediu qualquer tipo de fixação nesta atividade, ao contrário das futuras plantações racionais que se desenvolveriam no Oriente.

Os grandes beneficiados com a emigração nordestina, conseqüentemente, foram os grandes proprietários de seringais, pois tiveram condições de aumentar quantitativamente suas produções e atender m durante algum tempo a demanda crescente pela borracha na segunda metade do século XIX. Um outro fator de importância foi a penetração de nordestinos em outras áreas da Amazô

nia contribuindo para o povoamento, apesar de disperso, e para ampliação do espaço territorial brasileiro como foi o caso da anexação do Acre ao Brasil nos princípios do século XX.

BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

I - MANUSCRITOS

ARQUIVO NACIONAL, SEÇÃO DO PODER EXECUTIVO, RIO DE JANEIRO.

IJJ^{9}101 Vol. 7, 1876 a 1879, Ref. I.A.

IJJ^{9}102 Vol. 8, 1879 a 1881, Ref. I.A.

IJJ^{9}103 Vol. 9, 1882 a 1886, Ref. I.A.

IJJ^{9}188 Vol. 24, 1877.

II - IMPRESSOS

- Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas de 1868 a 1888.
- Almanaque Administrativo, Histórico , Estatístico e Mercantil da Província do Amazonas, Manaus, 1884.

FONTES SECUNDÁRIAS

- Prado Júnior, Caio - História Econômica do Brasil, 9ª edição, Rio de Janeiro, Editora Brasiliense, 1965.
- Reis, Arthur Cezar Ferreira - "Colonização da Amazônia - Experiência Histórica e Política". Carta Mensal do Órgão do Conselho Técnico da Confedera - ção Nacional do Comércio, nº 256, 1976, págs. 41/48,

CAPA:

Carlitos

DIAGRAMAÇÃO:

Leila Maria

IMPRESSÃO:

Artes Gráficas Dois Oceanos Ltda.

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura